



Número: **1016742-66.2020.4.01.3800**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG**

Última distribuição : **04/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **1000415-46.2020.4.01.3800**

Assuntos: **Poluição**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COMISSÃO DE ATINGIDOS DE BAIXO GUANDU/ES (EXEQUENTE)		GENILDA GONCALVES VIEIRA ELIAS (ADVOGADO) TEREZINHA GUES DA SILVA (REPRESENTANTE) LUCILENE ANGELICA SOARES BOSKYVISKY (REPRESENTANTE) RICHARDENY LUIZA LEMKE OTT (ADVOGADO)	
SAMARCO MINERACAO S.A. (EXECUTADO)		ANA LUCIA DE MIRANDA (ADVOGADO) PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO) ROBERTA DANELON LEONHARDT (ADVOGADO) ELIANE CRISTINA CARVALHO TEIXEIRA registrado(a) civilmente como ELIANE CRISTINA CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO)	
VALE S.A. (EXECUTADO)		MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO (ADVOGADO) MATHEUS PINTO DE ALMEIDA (ADVOGADO) THAIS VASCONCELLOS DE SA registrado(a) civilmente como THAIS VASCONCELLOS DE SA (ADVOGADO) SERGIO BERMUDES (ADVOGADO)	
BHP BILLITON BRASIL LTDA. (EXECUTADO)		WERNER GRAU NETO (ADVOGADO) MARIANA GRACIOSO BARBOSA (ADVOGADO) ANDRE VIVAN DE SOUZA registrado(a) civilmente como ANDRE VIVAN DE SOUZA (ADVOGADO)	
FUNDACAO RENOVA (EXECUTADO)		DELANO GERALDO ULHOA GOULART (ADVOGADO) LUCIANA DE MORAIS FERREIRA (ADVOGADO) TAIS CRUZ HABIBE registrado(a) civilmente como TAIS CRUZ HABIBE (ADVOGADO) ELISA SILVA DE ASSIS RIBEIRO (ADVOGADO)	
BAIXO GUANDU (TERCEIRO INTERESSADO)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (FISCAL DA LEI)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
555390853	25/05/2021 19:10	Decisão	Decisão



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG

PJE: 1016742-66.2020.4.01.3800

"CASO SAMARCO" (DESASTRE DE MARIANA)

TRAMITAÇÃO CONJUNTA - AUTOS PRINCIPAIS:

69758-61.2015.4.01.3400 (**PJE 1024354-89.2019.4.01.3800**) e 23863-07.2016.4.01.3800 (**PJE 1016756-84.2019.4.01.3800**) e Autos Físicos 10263-16.2016.4.01.3800

DECISÃO

Vistos, etc.

PETIÇÃO ID [516343505](#) - COMISSÃO DE ATINGIDOS DE BAIXO GUANDU - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - ACESSO À PLATAFORMA *ON LINE* - DEFERIMENTO.

Por intermédio de PETIÇÃO ID [516343505](#), a **COMISSÃO DE ATINGIDOS DE BAIXO GUANDU**, por intermédio de sua advogada constituída, requereu em juízo a prorrogação do prazo para que os atingidos (e seus respectivos advogados) possam



acessar e, querendo, **aderir** ao sistema indenizatório simplificado.

A pretensão merece acolhimento.

Com efeito, sabe-se que a **plataforma digital (on line)** implementada, não obstante ser exitosa em termos de agilidade no processamento dos pedidos, protocolos de segurança e pagamento das indenizações, está sendo aperfeiçoada e aprimorada pelo setor de TI à medida que os casos concretos foram sendo apresentados.

Durante os primeiros meses, portanto, a plataforma sofreu instabilidades e correções de sistema.

Assim sendo, é adequado e correto prorrogar-se o prazo para que os atingidos possam decidir sobre a adesão.

Ante o exposto e fiel a essas considerações, **DEFIRO**, com efeito *ex tunc*, o pedido formulado pela **COMISSÃO DE ATINGIDOS DE BAIXO GUANDU** e, via de consequência, **PRORROGO** o prazo de adesão até 31 de julho de 2021.

Os casos omissos e os demais pedidos serão examinados pelo juízo oportunamente.

Intimem-se.

CUMPRA-SE.

Belo Horizonte/MG, *data e hora do sistema*.

MÁRIO DE PAULA FRANCO JÚNIOR



JUIZ FEDERAL

12a VARA FEDERAL DA SJMG

